JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano V – Nº 1.007 – Brasília, segunda-feira, 20 de dezembro de 1999

Congresso deve apreciar PPA e Orçamento durante a convocação extraordinária

Pauta definitiva dos trabalhos, que se estenderão de 5 de janeiro a 14 de fevereiro, está sendo concluída

O Congresso Nacional vai se reunir em sessão extraordinária de 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000. A pauta definitiva das matérias está sendo concluída para constar da mensagem em que o presidente da República oficializará a convocação, mas deve incluir propostas com tramitação avançada e dependentes de apreciação final, como o Plano Plurianual e o projeto de lei orçamentária para o próximo ano.

Página 3

JORNAL DO SENADO

Aos leitores

Em razão do período de recesso parlamentar, esta publicação só voltará a circular no dia 6 de janeiro de 2000

Plenário do Senado votou 619 matérias em 182 sessões neste ano

Página 3

Pauta da Câmara tem várias propostas aprovadas pelo Senado

Deputados apreciarão, entre outras matérias, a ampliação dos poderes das CPIs, a tarifa social de energia elétrica e medidas da reforma política

A proposta de emenda constitucional (PEC) que define os poderes das CPIs de promover diligências e quebrar sigilos de informações é uma das matérias aprovadas pelo Senado neste ano e que se encontra na Câmara dos Deputados para deliberação. Está na mesma situação a PEC que reorganiza o sistema financeiro nacional. A relação de proposições aprovadas pelos senadores em 1999 e que tramitam na Câmara inclui, além de outras PECs, projetos de lei, inclusive o da reforma política.

Para serem transformadas em lei, as propostas precisam ser aprovadas pelos deputados. Se não houver alteração, vão à sanção do presidente da República (no caso dos projetos de lei) ou à promulgação (no caso das PECs). Caso os deputados mudem o texto, a matéria retorna ao Senado, que pode acatar as sugestões dos deputados ou manter o texto original. Nesse caso, a proposta segue à sanção ou promulgação. Por último, se a proposta for rejeitada na Câmara, é arquivada em definitivo.

Dentre as matérias em tramitação na Câmara já analisadas pelos senadores, está o projeto que determina que as conclusões das CPIs devem ter prioridade no Ministério Público, do senador Ramez Tebet (PMDB-MS). O projeto teve sua apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJ) da Câmara adiada para o ano que vem.

Medidas da reforma política, amplamente discutidas no Senado, também estarão em pauta na Câmara a partir de fevereiro. O projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que proíbe as coligações nas eleições proporcionais chegou à Câmara em agosto. Além desta, outra proposta de Machado, ampliando o número de candidatos a até três vezes o número de vagas em disputa, e o projeto do senador José Agripino (PFL-RN) que permite a criação de federações de partidos estão nas mãos de deputados para receberem parecer.

Algumas das propostas que integram as conclusões da comissão especial mista que discutiu o combate à pobreza também dependem da aprovação dos deputados. O projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que modifica o cálculo do benefício da renda mínima, aprovado pelos senadores, chegou à Câmara em novembro.

Em favor dos pobres, o projeto do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que institui a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda e o projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que reserva 50% das vagas nas universidades públicas para alunos egressos de escolas públicas estarão sendo discutidos no ano 2000 pelas comissões temáticas da Câmara.

Duas propostas do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que envolvem o Imposto de Renda – a que determina a revisão da declaração dos ocupantes de cargo eletivo e a que fixa prazo de 60 dias para a restituição – estão na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara, assim como o projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que permite que os gastos com empregados domésticos sejam abatidos do Imposto de Renda.

Diretor-geral coordena os preparativos para os 500 anos

Dar continuidade ao projeto de modernização do Senado e participar ativamente das comemorações dos 500 anos do Descobrimento estiveram entre as principais preocupações do diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, no ano que passou. A edição, em CD-ROM, de toda a legislação brasileira, de 1500 a 2000, é uma das iniciativas previstas, além de uma grande exposição de peças históricas de museus brasileiros.

O diretor-geral Agaciel Maia supervisiona a edição de toda a legislação brasileira

Para Agaciel Maia, tais iniciativas estão de acordo com a atuação decisiva nos principais acontecimentos da nossa história, que vem caracterizando o Senado desde seu surgimento. O lançamento da coleção de CD-ROM será acompanhado pela possibilidade de consulta de todo o material através do acesso ao *site* do Senado na Internet.

A democratização da informação é uma das metas da administração do Senado, seguindo determinações da Mesa presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Para alcançá-la, diversos programas estão em curso, como a conexão das câmaras municipais e assembléias ao banco de dados do Senado.

A conservação do prédio ocupado pelo Senado também tem demandado cuidado especial. Em 1999, foi executado serviço especial para afastar o risco de catástrofe em caso de incêndio, já que o edifício do Anexo I, de 28 andares, construído em 1959, estava fora das normas de segurança.

Outra obra importante realizada este ano foi a reforma da Biblioteca, que guarda coleção inestimável de obras raras e desempenha papel importantíssimo no apoio às atividades dos senadores.

Informática amplia acesso do cidadão às ações da Casa

O secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro, informou que o Senado continua trabalhando para aprimorar o sistema de informatização do processo legislativo, como forma de garantir a todo cidadão o acesso, por meio do *site* do Senado na Internet, à tramitação e ao teor de qualquer proposta legislativa.

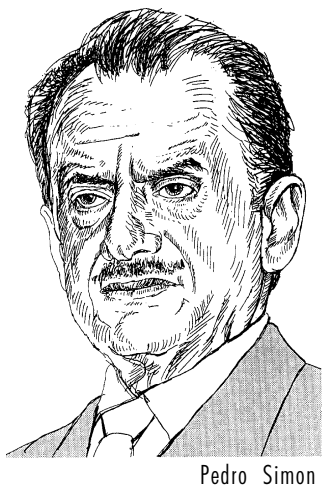
Carreiro disse que entrega de documentos por meio magnético agilizará a tramitação legislativa

Exemplo desse propósito, citou, é a intenção de implementar procedimento em que todo documento parlamentar seja encaminhado por meio magnético à Mesa. Isso reduzirá, conforme o secretário, o tempo de tramitação das matérias, pois esse encaminhamento é feito hoje através de impressos.

Carreiro disse que a Secretaria Geral da Mesa conseguiu atender a todas as demandas dos senadores, inclusive no que diz respeito à distribuição de avulsos, projetos, pareceres e relatórios. Quanto à convocação extraordinária, prevista para começar dia 5 de janeiro, ele acredita que não seja possível, pelo número de sessões plenárias, concluir a apreciação das oito propostas de emenda constitucional constantes da pauta. Além disso, outros 12 projetos de lei foram incluídos na programação dos trabalhos.

Simon pede aos deputados maior agilidade

Matérias sobre assuntos importantes para o ordenamento jurídico nacional examinadas pelo Senado na legislatura passada levam muito tempo para serem examinadas pela Câmara, segundo entendimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS).



Pedro Simon

– Sabemos que os nossos projetos tradicionalmente ficam na gaveta da Câmara dos Deputados e o máximo que pode acontecer com um projeto do Senado é eles (deputados) apresentarem emenda e mandarem para cá. É isso que a Câmara não admite, ela não aceita o Senado dando a última palavra – declarou Simon, ao debater na Comissão de Assuntos Econômicos o projeto de sua autoria que fixa prazo de dois meses para restituição do Imposto de Renda.

O projeto que institui o Código Civil ilustra a afirmação de Simon. Relatado pelo ex-senador Josaphat Marinho, foi aprovado pelos senadores, mas, na Câmara, aguarda parecer em comissão especial designada para estudar o assunto.

O mesmo acontece com as propostas de emenda à Constituição que limitam a imunidade parlamentar e os gastos dos municípios com as câmaras de vereadores.

– O máximo que a Câmara faz é pegar o nosso projeto lá, eu cansei de ver isso com projetos, fazê-lo tramitar dois, três anos. Aí aparece um deputado que apresenta um projeto naquele sentido, naquela orientação e aí aprova aquele projeto e vem para cá. Aí eles ficam com a última palavra – disse o senador Pedro Simon na CAE.

Recentemente, o Senado enviou à Câmara a proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. Com base em parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), os senadores decidiram proibir a reedição ilimitada das MPs, por acreditarem que elas usurpam atribuições do Legislativo. Para que essa interpretação seja incluída na Carta Magna, falta agora o pronunciamento dos deputados.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: Marcos Magalhães
Editores: Djalba Lima, Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Denise Resende Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Congresso reabre trabalhos no próximo dia 5

No período de convocação extraordinária, os parlamentares deverão apreciar, entre outras matérias, o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei Orçamentária para 2000 e as emendas propostas pela Comissão para a Erradicação da Pobreza

De 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000, o Congresso se reunirá em sessão extraordinária convocada pelo Poder Executivo para apreciar uma pauta de matérias cuja relação final deverá ser divulgada oficialmente em mensagem a ser enviada pelo presidente da República. Matérias com tramitação avançada e dependentes de apreciação final por parte do plenário do Congresso, do Senado e da Câmara deverão constar da pauta. Entre elas, destacam-se as propostas do Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003 e o projeto de lei orçamentária para 2000, assim como medidas provisórias editadas pelo Executivo, além de matérias de competência do Congresso Nacional, reunido em sessão conjunta.

O Senado deverá apreciar as propostas de emenda constitucional (PECs) resultantes dos trabalhos da Comissão da Pobreza e da CPI do Judiciário, como a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, proposta pelo senador Antonio Carlos Magalhães, e a ampliação dos poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito, sugerida pelo senador Paulo Souto (PFL-BA).

Outras PECs em condições de ser apreciadas pelo Senado na convocação extraordinária são a que limita os gastos públicos com os legislativos municipais e a que introduz modificações no sistema de precatórios judiciais. O projeto de lei que institui o Fundo de Universalização das Telecomunicações também pode constar da pauta do Senado.

A Câmara dos Deputados, por sua vez, deverá apreciar a proposta de emenda constitucional de iniciativa do Executivo que institui a contribuição previdenciária de inativos, além das reformas tributária e judiciária.

COMISSÃO

Em recesso desde a última quinta-feira, o Poder Legislativo mantém-se funcionando sob a responsabilidade da Comissão Representativa do Congresso Nacional, constituída por sete senadores e 16 deputados titulares indicados pelos respectivos líderes partidários e eleitos em plenário. Com poderes para tomar qualquer medida de defesa das prerrogativas do Parlamento, a Comissão Representativa pode convocar ministros de Estado a se manifestarem sobre assuntos de urgência e relevância e encaminhar a essas autoridades solicitações por escrito de informações requeridas pelos parlamentares.

A discussão e aprovação de projetos de lei não integram as funções da Comissão Representativa. Veja no quadro abaixo a composição da comissão.

Comissão Representativa

Senado

Nabor Júnior (PMDB)
Renan Calheiros (PMDB)
Iris Rezende (PMDB)
Carlos Patrocínio (PFL)
Bello Parga (PFL)

Roberto Saturnino (Bloco Oposição)
Geraldo Melo (PSDB)

Câmara

Eunício Oliveira (PMDB)
Jorge Pinheiro (PMDB)
Ricardo Noronha (PMDB)
Darci Coelho (PFL)
Paes Landim (PFL)
Vilmar Rocha (PFL)
Julio Semeghini (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)
Maria Abadia (PSDB)

Geraldo Magela (PT)
Pedro Celso (PT)
Luiz Antonio Fleury (PTB)
Márcio Reinaldo Moreira (PPB)
Celso Jacob (PDT)
José Antonio (Bloco-PSB/PCdoB)
Clementino Coelho (PPS)

Matérias apreciadas pelo Senado em 1999

(De 4 de janeiro a 15 de dezembro de 1999)

Propostas de emenda constitucional enviadas à promulgação	2
Propostas de emenda constitucional enviadas à Câmara	7
Proposta de emenda constitucional rejeitada e arquivada	1
Projetos aprovados e enviados à sanção	62
Projetos aprovados e enviados à promulgação	261
Projetos aprovados e enviados à Câmara	93
Escolha de chefes de missões diplomáticas	31
Escolha de autoridades	29
Outras matérias	14
Total de matérias aprovadas	500
Matérias enviadas ao Arquivo	119
Total de matérias apreciadas	619

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Matérias apreciadas pelo Senado em dezembro

(De 1ª a 15 de dezembro de 1999)

Propostas de emenda constitucional enviadas à Câmara	2
Projetos aprovados e enviados à sanção	10
Pareceres aprovados	14
Projetos aprovados e enviados à promulgação	33
Projetos aprovados e enviados à Câmara	12
Escolha de chefes de missões diplomáticas	1
Escolha de autoridades	1
Total de matérias aprovadas	73
Matérias enviadas ao Arquivo	6
Total de matérias apreciadas	79

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Dez emendas à Constituição foram apreciadas pelo Senado

O Senado apreciou 619 matérias em 1999, sendo 500 aprovadas e 119 arquivadas. O mês de dezembro entrou neste total com 79 matérias, apreciadas até a data de encerramento dos trabalhos, no dia 15. Desde o início das atividades legislativas, em 4 de janeiro, foram realizadas 182 sessões plenárias, 114 das quais foram deliberativas.

Dez propostas de emenda constitucional foram apreciadas pela Casa neste ano. Quatro já estão promulgadas. São elas: a extinção da figura do juiz classista, a manutenção da CPMF com nova alíquota de cobrança, a alteração da competência do STF e do STJ em matéria de habeas-corpus e adaptação da Constituição à criação do Ministério da Defesa Uma emenda foi arquivada.

As outras cinco propostas de emenda aprovadas pelo Senado aguardam o exame dos deputados: a limitação de medidas provisórias; a explicitação dos poderes das CPIs; a garantia, aos remanescentes dos quilombos, do direito de propriedade das terras que ocupam; a revogação da limitação das taxas de juros em 12% ao ano; e a aplicação, às ações trabalhistas do meio rural, do mesmo prazo de prescrição fixado para as demandas dos trabalhadores urbanos. Também foram enviadas à Câmara 34 matérias aprovadas em plenário e 59 apreciadas em caráter terminativo pelas comissões.

No cumprimento de suas atribuições constitucionais exclusivas, o Senado aprovou e promulgou 56 acordos internacionais, 123 concessões de telecomunicações, 62 autorizações de operações de crédito, 31 indicações de chefes de missões diplomáticas do Brasil no exterior e 29 indicações de autoridades.

Senado realizou 182 sessões plenárias, sendo 114 deliberativas, desde o início dos trabalhos, em janeiro

Os senadores também aprovaram propostas de legislação ordinária de interesse relevante, como o programa de proteção a testemunhas, normas sobre demissão de servidores por excesso de despesa, o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a obrigatoriedade de colocar o nome genérico da substância no rótulo dos medicamentos, a criação dos juizados especiais de pequenas causas, autorização de cirurgia plástica reparadora de mama pelo SUS, adoção do espanhol no ensino médio, entre outras.

CAE encerra ano com 261 propostas apreciadas

Autorizações para empréstimos e indicações de autoridades foram alguns dos assuntos tratados nas 55 reuniões realizadas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), realizou 55 reuniões neste ano, tendo apreciado 261 matérias, entre ofícios do Banco Central e mensagens do presidente da República sobre refinanciamento de dívidas estaduais e municipais, empréstimos, projetos de lei do Senado e da Câmara, projetos de resolução e de decreto legislativo, emendas, pareceres e indicação de autoridades para o BC, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Conselho de Administração e Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça.

Entre as propostas apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, está a fixação de prazo para restituição do Imposto de Renda

Em janeiro, sob a presidência do senador Pedro Piva (PSDB-SP), a CAE debateu a política cambial e sabatinou o candidato à presidência do BC, Francisco Lopes. Em fevereiro, a comissão elegeu o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) para a presidência, e aprovou, em março, empréstimos do Banco Mundial, no valor de US$ 983,090 milhões, como parte da ajuda financeira de US$ 41,5 bilhões concedida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em abril, foram aprovados empréstimos para a despoluição do rio Tietê, para o saneamento do Banco do Amazonas e o reaparelhamento da Marinha.

No início de junho, os senadores aprovaram o nome de Ney Suassuna para a presidência da CAE, mantendo o senador Bello Parga (PFL-MA) na vice-presidência. Uma das matérias mais importantes aprovadas no primeiro semestre foi o substitutivo de José Fogaça (PMDB-RS) ao projeto de José Agripino (PFL-RN), permitindo o refinanciamento, com a União, dos títulos públicos para pagamento de precatórios emitidos após 13 de dezembro de 1995, em até 120 parcelas iguais e sucessivas. A decisão modificou a Resolução nº 78 do Senado, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos estados, municípios e Distrito Federal.

A comissão aprovou proposta do Executivo que manteve o limite de 60% da receita líquida dos estados com despesas de pessoal, baixando esse limite para 50% no caso da União. Aprovou ainda proposta de emenda constitucional permitindo a demissão de servidores estáveis quando houver excesso de despesas.

Em agosto e setembro, apreciou projetos fixando prazo para a restituição do Imposto de Renda, concedendo isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para aquisição de tratores e máquinas agrícolas e autorizando os estados a contratar operações de crédito para compensar perdas com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Foi aprovado também parecer favorável a projeto instituindo o estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte, bem como ao projeto que institui o Sistema de Apoio ao Seguro Rural e novas regras para a renegociação das dívidas dos municípios. O Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) foi estendido às empresas prestadoras de serviços profissionais com renda bruta anual inferior a R$ 120 mil.

Em outubro, foi aprovado empréstimo de US$ 44 milhões do Banco Mundial para projetos agrícolas e US$ 2,2 bilhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para serviços da dívida externa mas com comprometimento em manter programas sociais. Foi aprovada em novembro a prorrogação, até 2003, da cobrança da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para pessoas físicas.

LDO: primeira matéria importante na CMO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2000 foi a primeira matéria importante aprovada este ano pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no dia 16 de junho. A comissão aprova anualmente, nesse período, a LDO, que estabelece as metas para a elaboração do Orçamento anual.

A LDO para o Orçamento de 2000 teve como relator o senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que acatou a proposta, feita pelo Executivo, de obtenção de um superávit primário (receita menos despesa excluindo juros) mínimo de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB), dos quais 2,6% são dos orçamentos fiscal e da seguridade social e 0,1% do orçamento das empresas estatais federais. Os recursos obtidos com essa meta, segundo Luiz Estevão, serão utilizados para reduzir a dívida interna. Após a aprovação da LDO, o senador disse também que a preocupação principal do Congresso foi preservar gastos sociais e assegurar, para o ano 2000, uma proteção aos recursos da saúde, que não poderão ser inferiores aos que constam no Orçamento de 1999.

No dia 30 de setembro, a comissão aprovou as normas para a tramitação do Plano Plurianual (PPA) do período 2000/2003, e decidiu aumentar o número de emendas individuais e coletivas ao plano. Sob a presidência de Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a comissão decidiu que cada parlamentar poderia apresentar até 12 emendas ao PPA e as bancadas estaduais com representação no Congresso poderiam apresentar, individualmente, até 20 emendas.

Todas as emendas ao PPA foram apresentadas até o final de outubro. As votações do PPA, que tem como relator o deputado Renato Viana (PMDB-SC), e do Orçamento anual para 2000, relatado pelo deputado Carlos Melles (PFL-MG), serão feitas em janeiro, durante a convocação extraordinária do Congresso. Depois das normas para o PPA, a comissão aprovou o relatório preliminar do Orçamento de 2000, no dia 7 de outubro. O parecer de Carlos Melles, que recebeu 151 emendas, fixou para o próximo ano uma receita de R$ 229,21 bilhões e despesas de R$ 200,75 bilhões.

No mesmo dia em que aprovou o relatório preliminar, a comissão recebeu nota conjunta dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão informando a necessidade de cortar R$ 1,2 bilhão na proposta orçamentária para 2000. Os cortes, a serem feitos na rubrica denominada "Outros Custeios e Capital", foram determinados pelo Executivo, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) impedindo a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e o aumento da alíquota dos servidores ativos.

Comissão tornou-se grande fórum de debates nacionais

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), disse que neste ano a comissão tornou-se um grande fórum de debates de temas nacionais. Diversas autoridades, lembrou, tiveram a oportunidade de discutir com os senadores da CAE os problemas econômicos do país, bem como propor medidas e sugestões para modificar a legislação em vigor, particularmente a que rege as negociações dos estados, municípios e Distrito Federal para a rolagem de suas dívidas.

– Acho que o aproveitamento foi muito bom e espero que, no próximo ano, mesmo sendo um ano eleitoral, o trabalho da CAE seja desenvolvido com a mesma agilidade – comentou.

Suassuna criou na comissão o chamado Fórum dos Estados, que permitiu aos governadores das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Norte discutir os principais problemas que afligem os seus estados e apresentar sugestões que estão sendo debatidas no Senado, principalmente referentes a mudanças nas resoluções da própria Casa que estabelecem regras para a renegociação das dívidas estaduais. Os governadores dos estados da região Sudeste deverão participar de audiência pública na CAE no próximo ano.

Mesmo ainda não tendo havido o debate conjunto com os governadores dos estados do Sudeste, os governadores de São Paulo, Mário Covas, e do Rio, Anthony Garotinho, participaram de reuniões na comissão para discutir com os senadores o endividamento dos estados. Suassuna disse que o Fórum dos Estados "foi bastante positivo" e prometeu que dará continuidade a esse projeto logo no início de 2000.

Suassuna também trabalhou para promover maior debate e entrosamento dos integrantes da CAE com o Executivo. Com esse objetivo, ele recebeu para jantar, em sua residência, em Brasília, diversos ministros e outras autoridades do governo, que conversaram com os senadores sobre temas nacionais. "As reuniões foram bastante produtivas e conseguimos discutir assuntos da máxima importância com toda a sinceridade e sem o formalismo exigido pelo Senado. Esclarecemos dúvidas e expusemos nossas insatisfações", afirmou.

Ney Suassuna lembrou a presença de diversas autoridades na CAE

Jantaram na residência do senador, entre outros, os ministros da Fazenda, Pedro Malan; do Planejamento, Martus Tavares; da Agricultura, Pratini de Moraes; e das Comunicações, Pimenta da Veiga.

Retenção de verbas faz parlamentares reagirem

Ao fazer um balanço das atividades da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que houve, neste ano, uma reação grande por parte dos parlamentares diante da não liberação pelo Executivo de verbas previstas em emendas individuais de parlamentares. De acordo com o presidente da comissão, essas emendas foram aprovadas pelo Congresso na proposta orçamentária de 1999, que está em execução, mas a maior parte dos recursos não saiu do papel.

– O interesse da comissão, de modo geral, é que seja dado tratamento mais respeitoso ao trabalho que o Congresso realiza – afirmou.

As emendas individuais, que dão a cada parlamentar o direito de solicitar um total de R$ 1,5 milhão no Orçamento, são importantes, segundo Mestrinho, pois têm como objetivo dotar os municípios de infra-estrutura, como instalação de energia elétrica, abastecimento de água e outras obras. As emendas, observou, fixam recursos pequenos, geralmente até R$ 100 mil.

Além das emendas individuais relativas ao Orçamento de 1999, Mestrinho disse que ainda há emendas ao Orçamento de 1998 que também não tiveram seus recursos liberados pelo Executivo. Este ano, a comissão aprovou muitos créditos suplementares ao Orçamento de 1999 destinados a ministérios, empresas e órgãos públicos, a partir de solicitações do Executivo.

Gilberto Mestrinho: recursos não saíram do papel

– Também houve reação quanto a esse problema. A comissão tem aprovado várias solicitações de suplementação. Algumas dotações orçamentárias ainda não foram empenhadas e já estão sendo suplementadas – observou.

A comissão, acrescentou o senador, procurou manter a "filosofia" da proposta orçamentária do Executivo para o ano 2000. Os dez relatórios setoriais relativos a esse Orçamento e também o Orçamento para o ano 2000 só serão aprovados pela comissão e pelo Congresso em janeiro, durante a convocação extraordinária, informou. Nesse período também será votado o Plano Plurianual (PPA) para o período 2000/2003.

Os membros da CCJ darão continuidade, no próximo ano, ao trabalho iniciado pela CPI do Judiciário

CCJ reúne-se quase duas vezes mais que no ano anterior

Em 1999, a Comissão de Constituição e Justiça votou ao todo 141 matérias. Entre elas, 14 pedidos de licença para processar senadores

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), comemorou a realização de 51 reuniões pela comissão sob seu comando neste ano – quase o dobro das realizadas em 1998.

– Foram votadas 141 proposições, em discussões exaustivas e democráticas, nas quais, pela minha postura, foi dada oportunidade a todos os parlamentares, de todos os partidos, de manifestarem seus pontos de vista, para que o debate produzisse o amadurecimento dos temas e, por essa via, se votasse cada matéria conscientemente – enfatizou José Agripino.

O desempenho de José Agripino na presidência da CCJ foi elogiado no plenário da comissão pelos senadores José Alencar (PMDB-MG), Bello Parga (PFL-MA) e Ramez Tebet (PMDB-MS) durante a reunião de 8 de dezembro, na qual Agripino conseguiu esgotar a pauta, apreciando todas as proposições que lá se encontravam em tramitação.

Entre as matérias mais importantes discutidas na CCJ, José Agripino destacou algumas proposições da reforma política, na qual foram feitos "grandes avanços". Citou o projeto que definiu a "cláusula de desempenho", com as normas para o funcionamento de um partido político, e o que proibiu a coligação nas eleições proporcionais.

O parlamentar também assinalou a votação, no âmbito da reforma administrativa, do projeto que limita os gastos com pessoal. Na área ambiental, ele ressaltou a aprovação do Sistema Nacional de Conservação da Natureza.

Para o senador, também merece ser destacada a apreciação, um a um, de 14 pedidos de licença prévia para processar senadores. Agripino observou que estes pedidos estavam represados na CCJ desde 1995.

O presidente da comissão lembrou que seus integrantes votaram até mesmo um projeto de iniciativa popular, que foi a punição para compra de voto.

Para o próximo ano, o senador prevê a apreciação de projetos ainda ligados à reforma política e as matérias que iniciarão a reforma tributária. Mas disse que as prioridades da pauta da CCJ são definidas pela sociedade, citando como exemplo as propostas de imputabilidade de pena a menores de 18 anos e de proibição de venda de arma de fogo.

Lembrou também a lei de informática, que em breve deverá ser apreciada pela comissão.

– Só essas matérias já colocam para a sociedade o tamanho da importância das obrigações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – afirmou.

José Agripino lembrou ainda que a comissão ganhou uma nova tarefa ao aprovar, na última reunião do ano, a criação de uma subcomissão, composta por sete membros, para acompanhar os desdobramentos da CPI do Judiciário.

O senador ressaltou que cabe a essa subcomissão, inclusive, o acolhimento de novas denúncias, "para que essa CPI não termine nas suas conclusões". Para ele, é importante que tais conclusões "tenham prosseguimento, tenham acompanhamento e possam tomar inclusive rumos novos, de acordo com denúncias novas que possam chegar a essa subcomissão".

José Agripino ressalta os "grandes avanços" obtidos na apreciação da reforma política

CRE esgota pauta e entra em 2000 sem nenhum assunto pendente

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) fechou o ano com a pauta totalmente votada e não deixou nenhum projeto pendente para 2000. "Isso mostra a eficiência e a responsabilidade com que a comissão cumpriu seu trabalho parlamentar", afirmou o presidente da CRE, José Sarney (PMDB-AP).

José Sarney destacou responsabilidade e eficiência da comissão

Para o senador, a comissão é uma das mais importantes do Senado, pois tem a função constitucional de aprovar todos os tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil, opinando sob o ponto de vista técnico e político. Além disso, lembrou Sarney, a comissão cuida também da defesa nacional e trata dos assuntos estratégicos. "Nesse sentido, nós tivemos um ano bastante produtivo", assinalou.

Sarney lembrou que a comissão não se restringiu à rotina de fornecer pareceres aos assuntos técnicos e procurou ouvir embaixadores, *experts* e autoridades nacionais e estrangeiras sobre todos os assuntos que estiveram em evidência no cenário internacional. "Tivemos oportunidade de promover audiências públicas, como a que contou com a presença do vice-presidente da Colômbia Gustavo Bell, quando foi debatida a situação daquele país em relação ao narcotráfico e à guerrilha", relatou o senador José Sarney.

Outro evento público promovido pela CRE foi o seminário sobre a ameaça de internacionalização da Amazônia, com a participação dos ministros das Relações Exteriores, Felipe Lampreia, e do Meio Ambiente, Sarney Filho. Lampreia ainda esteve na comissão para explicar, em audiência pública, os problemas que ocorreram no âmbito do Mercosul. O secretário-geral do Itamaraty, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, também compareceu à comissão para falar sobre a guerra em Kosovo e explicar a posição da diplomacia brasileira no conflito.

Em 99, a comissão reuniu-se 32 vezes e apreciou 91 matérias, sendo 18 delas relativas à aprovação de indicação de embaixadores. Desse total, 67 matérias foram aprovadas e quatro, rejeitadas. Dentre as matérias aprovadas, destacam-se a criação do Ministério da Defesa e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), além de tratados internacionais como a Convenção Internacional sobre a Proibição de Produção de Armas Químicas, a convenção que proíbe o trabalho infantil e a Convenção Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais.

Comissão contribui para a superação de conflitos entre países do Mercosul

Ao fazer um balanço dos trabalhos da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em 1999, o secretário-geral, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), ressaltou a intervenção da comissão na crise comercial envolvendo Brasil e Argentina. "A comissão acompanhou e viveu os momentos difíceis do Mercosul e, por isso mesmo, projetou-se em ações que foram além das ações do próprio governo, em entendimentos que o presidente e membros da comissão tiveram com empresários argentinos e brasileiros, superando dificuldades que, de governo a governo, talvez não fosse possível. O relacionamento parlamentar permitiu esse avanço", afirmou Bornhausen.

Bornhausen: comissão do Mercosul pode ter papel ainda mais ativo

Ele ressaltou a continuação do trabalho da comissão, "através da presidência serena, efetiva e capaz do deputado Júlio Redecker". Bornhausen disse que a comissão teve um desempenho louvável em 1999, mas espera um trabalho maior em 2000. "Na realidade, a recomposição, a restauração e a revitalização do Mercosul passam também por essa colaboração, essa ação da comissão e do Parlamento."

Bornhausen não acredita que já tenha chegado o momento adequado para discutir a criação de um parlamento do Mercosul. Para ele, isso virá com o tempo e ainda restam muitas etapas a serem vencidas. "Falar em parlamento agora parece que já é falar em gastos. Evidentemente, não é o momento ainda. As coisas têm que amadurecer, têm que progredir para, depois, num futuro que não sei quando, se possa cogitar um parlamento para o Mercosul", avaliou.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul realizou 13 reuniões e três seminários. Apreciou 16 matérias, sendo a maioria mensagens do Poder Executivo a respeito de acordos, protocolos e convênios que tratam do comércio e da integração cultural entre os países que integram o Mercosul e o Brasil. A comissão também realizou uma audiência pública abordando aspectos do tráfego aéreo na região, que contou com a participação de representantes dos ministérios da Aeronáutica, da Saúde, das Relações Exteriores e da Agricultura, além da Receita Federal.

Comissão da Pobreza marcou trabalhos este ano

Instalada em agosto, por sugestão da senadora Marina Silva, a Comissão recebeu apoio do presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, que sugeriu um mutirão acima das ideologias para combater a miséria

Foi sob aplausos que o Congresso instalou em 18 de agosto e encerrou em 24 de novembro deste ano uma comissão especial destinada a estudar formas de combater a pobreza no país. Criada por sugestão da senadora Marina Silva (PT-AC), a comissão iniciou seus trabalhos 13 dias depois de o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, propor a deflagração de um grande mutirão que, acima de quaisquer ideologias, trabalhasse para erradicar a miséria.

Ao final dos trabalhos, tanto Antonio Carlos quanto o deputado Michel Temer, presidente da Câmara, prometeram dar prioridade às três propostas de emenda constitucional resultantes desse trabalho. Essas PECs já estão sob o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e, se forem analisadas logo, chegarão a plenário ainda a tempo de serem votadas durante a convocação extraordinária do Legislativo, prevê o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que presidiu a comissão.

Uma dessas propostas, elaborada com base em iniciativa do presidente do Senado, cria um Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e uma contribuição social sobre movimentação ou transmissão de valores e créditos financeiros.

Entre as fontes de recursos desse fundo estará o que for arrecadado na cobrança do Imposto sobre Grandes Fortunas, ainda a ser criado, conforme iniciativa do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). A mesma PEC cria um Conselho Nacional da Solidariedade, que reunirá pessoas do governo e da sociedade para administrar esse fundo.

Também oriunda da Comissão Mista para Erradicação da Pobreza, aguarda decisão na CCJ a PEC que é objeto de luta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) desde 1991 – a que obriga o Estado a garantir a todo cidadão sem condições materiais de sobrevivência uma renda mínima suficiente para gastos com alimentação, vestuário, moradia e locomoção. Essa mesma proposta inclui, na lei orçamentária anual, o Orçamento Social, uma idéia da senadora Marina Silva para abranger todos os gastos da administração direta e indireta com saúde, educação, assistência social, reforma agrária, habitação popular e saneamento.

A terceira iniciativa para combater a miséria consiste em garantir a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo, independentemente da periodicidade do seu reajuste. No seu último dia de trabalho, a Comissão de Erradicação da Pobreza decidiu que o relatório final aprovado, do deputado Roberto Brant (PFL-MG), será traduzido para o inglês, a fim de ser enviado a organismos internacionais.

Resultaram dos trabalhos da comissão três propostas de emenda à Constituição, que já foram remetidas ao exame da CCJ

Para Maguito Vilela, esta foi a atividade mais relevante

Tendo presidido a Comissão Mista Especial de Erradicação da Pobreza, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) definiu esse trabalho como o mais relevante realizado este ano no Legislativo, porque contempla o ser humano e a sua sobrevivência, "que é o que há de mais importante".

O parlamentar se disse convencido de que, em conseqüência dos estudos realizados, no ano 2000 o Brasil vai sair da vergonhosa situação de desigualdade em que se encontra.

Ele entende que o país mudará o rumo de sua política social até por uma questão de racionalidade. "Fica muito mais barato para o país e para a sociedade investir no ser humano antes que ele se torne um delinqüente. Porque cada jovem internado numa casa de detenção ou numa Febem custa ao país em torno R$ 1 mil por mês. Cada preso neste país custa de R$ 600,00 a R$ 800,00 por mês", informou.

Maguito Vilela está certo de que, entrando em vigor as emendas constitucionais produzidas na Comissão de Erradicação da Pobreza, se reduzirá não só a miséria, mas também os índices de violência e criminalidade. "Nós vamos reduzir a violência e dar dignidade ao ser humano. As três propostas de emenda constitucional, que têm a garantia dos presidentes do Senado e da Câmara de que serão votadas logo, têm também o apoio de todos os deputados e senadores", afirmou.

O parlamentar lembrou que, além dessas PECs, aguarda decisão do Legislativo projeto de resolução destinado a dar caráter permanente à Comissão de Erradicação da Pobreza, a fim de fazê-la funcionar pelos próximos dez anos. Para o senador, esse instrumento é importante para que o Senado possa acompanhar a aplicação do Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a ação do Conselho Nacional de Solidariedade que, subordinado à Presidência da República, terá a incumbência de planejar as ações e autorizar a aplicação dos recursos destinados a eliminar a miséria.

Maguito Vilela presidiu os trabalhos da Comissão para Erradicação da Pobreza

O senador entende que, com a vigência dessas medidas, nos próximos dez anos, o Brasil terá acabado com a indigência. Em sua opinião, isso será conseguido porque o país passará a investir no menor de zero a 16 anos, impedindo que ele se torne um adulto sem perspectivas. Em conseqüência, avalia o parlamentar, será dificultada a reprodução da pobreza.

– Nosso trabalho foi exaustivo, mas foi proveitoso. Ouvimos todos os especialistas no assunto e fomos visitar não só focos de miséria, mas também experiências bem sucedidas, que deixam claro ser possível erradicar a pobreza no Brasil – avaliou.

CAS realizou 20 audiências públicas durante 1999

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou neste ano 20 audiências públicas, em que foram ouvidas 40 pessoas. Entre os temas abordados nas audiências da CAS estão denúncias de corrupção relacionadas a bingos eletrônicos, seguridade social, previdência do setor privado e saúde. No mesmo período, a comissão aprovou 115 matérias, sendo 102 com pareceres pela aprovação. Os 29 senadores membros da CAS criaram em 1999 três subcomissões: do Idoso, da Saúde e da Criança e do Adolescente.

Diversas matérias aprovadas pela CAS serão diretamente apreciadas pela Câmara dos Deputados, entre essas, destaca-se a que garante o pagamento do salário-maternidade às trabalhadoras autônomas – categoria que inclui profissionais liberais, diaristas e vendedoras – com valor correspondente à média dos últimos 12 meses de salário-de-contribuição.

Também teve decisão terminativa (sem necessidade de apreciação pelo plenário) na CAS o projeto de lei que institui o programa de complementação alimentar às famílias carentes (Proalimentar), pelo qual famílias com renda mensal inferior a meio salário mínimo (R$ 68,00) poderão se habilitar a receber mensalmente uma cesta básica de alimentos. Na mesma situação, estão o projeto que garante aos portadores do vírus HIV estabilidade no emprego; o que instituiu o Dia Nacional da Doação de Órgãos, em 27 de setembro, e o que obriga as emissoras de televisão a transmitirem, ao longo de sua programação diária, por não menos de 90 segundos, fotografias de pessoas desaparecidas ou seqüestradas e número de telefone para contato com a família delas.

Os membros da CAS aprovaram importantes projetos sujeitos a deliberação do plenário do Senado, como o que cria a gratificação de adicional de 1% sobre o salário do empregado por ano de serviço para o mesmo empregador, e o que institui a tarifa social de energia elétrica no valor de R$ 2 mensais para os consumidores de baixa renda.

Um assunto de grande destaque que passou pela deliberação dos senadores da CAS foi o projeto de lei da Câmara que modifica o sistema de previdência social e altera o cálculo para a concessão da aposentadoria aos trabalhadores do setor privado, criando o fator previdenciário.

Osmar Dias confirma cumprimento de todos os compromissos

O ritmo intenso de trabalho da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) garantiu o cumprimento dos compromissos assumidos na primeira sessão deste ano. Essa é a análise do senador Osmar Dias (PSDB-PR), presidente da comissão, lembrando que, durante o ano, foram debatidos diversos problemas sociais brasileiros, como o desemprego.

Osmar Dias: criação da Linha de Pobreza foi destaque

Entre as deliberações da CAS, o senador destacou o projeto que determina a "linha de pobreza", fixando uma renda, abaixo da qual uma pessoa é considerada pobre. O índice balizaria as políticas públicas de combate à miséria. "Com esse diagnóstico o poder público poderá definir programas para auxiliar as classes menos favorecidas. Um censo apurado poderá classificar as famílias e saber, efetivamente, quantas estão abaixo dessa linha", afirmou.

Outro projeto aprovado na CAS e que merece destaque, na opinião de Osmar Dias, é o que estabelece o rito sumário nas ações trabalhistas envolvendo valores até 40 salários mínimos. Para o senador, isso dará maior celeridade aos julgamentos, beneficiando a classe trabalhadora. Também destacou o projeto determinando novas regras de controle ambiental, definindo unidades de preservação e penalidades para crimes contra a natureza, aprovado na última reunião do ano da CAS.

Osmar Dias destacou a importância da comissão ter se constituído em um fórum importante de debate dos temas sociais, estimulando a participação do governo. Para o presidente da CAS, a vinda ao Senado de diversos gerentes de políticas sociais do governo federal fez nascer inúmeras idéias.

Audiências públicas realizadas pela comissão envolvendo a saúde e a reforma da Previdência também mereceram destaque do senador. Osmar Dias lembrou a investigação, pela CAS, de denúncias envolvendo os bingos, inclusive relativas à lavagem de dinheiro, e afirmou que, caso o Senado não se decida pela criação de uma CPI sobre o assunto, a CAS voltará ao tema no próximo ano

Subcomissão aproxima Senado e profissionais do cinema

Senador Francelino Pereira acredita que os trabalhos representam "um marco" nas relações do setor de audiovisual com o Legislativo

Mesmo antes de alcançar os objetivos que justificaram a sua criação – realizar um levantamento crítico da situação do cinema nacional e propor uma legislação específica de fomento a essa atividade –, a Subcomissão do Cinema Brasileiro já se tornou um marco nas relações do "povo do cinema" com o Poder Legislativo, avaliou o relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG). A subcomissão iniciou seus trabalhos em junho passado, no âmbito da Comissão de Educação, e teve seu prazo de funcionamento prorrogado para dezembro de 2000. Conforme Francelino, a estimativa é de que ainda falta realizar cerca de 2/3 das atividades necessárias à finalização dos trabalhos.

O produtor Luiz Carlos Barreto e cineastas como Nelson Pereira dos Santos, Roberto Farias, Gustavo Dahl e Helvécio Ratton confirmaram a avaliação do senador durante os seus depoimentos à subcomissão. Barreto fez questão de destacar, por exemplo, que "pela primeira vez no Brasil há um movimento, liderado pelo Senado, favorável à criação de políticas públicas para tornar o país um produtor de imagens com capacidade para difundi-las interna e externamente". O presidente da comissão, senador

Francelino vai aproveitar o recesso para fazer um balanço preliminar da subcomissão

José Fogaça (PMDB-RS), tem ponto de vista semelhante.

– Mesmo sem reproduzir o Estado getulista nem os anos áureos da década de 70, é possível adotar várias políticas para garantir a consolidação da indústria audiovisual brasileira – assegurou.

DIFICULDADES DO SETOR

Para tomarem conhecimento das principais dificuldades enfrentadas pelos realizadores da área de audiovisual e das propostas para solucioná-las, os senadores resolveram ouvir os profissionais da área através de audiências públicas. O secretário para o Desenvolvimento do Audiovisual, José Álvaro Moisés, foi o primeiro convidado e, em quase três horas de palestra, mapeou os pontos críticos da atividade cinematográfica brasileira.

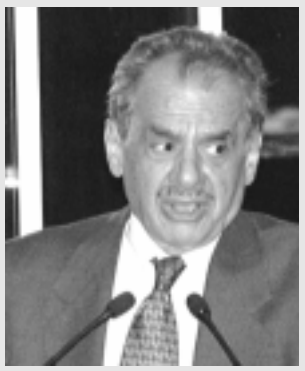
Álvaro Moisés reconheceu, como alertou o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), a existência de falhas comprometedoras no atual processo de captação de recursos para o setor.

– Nos moldes atuais, os critérios privilegiam a competência de mercado e não os méritos da obra que se quer filmar – protestou Saturnino.

Em quatro audiências públicas, a foram ouvidos cerca de 13 profissionais, distribuídos pelas áreas de produção e exibição, formação profissional, distribuição e legislação. Francelino disse que vai aproveitar o recesso para elaborar, com sua equipe, um balanço preliminar das atividades. Ele propõe que esse trabalho sirva de referencial para que os senadores continuem suas atividades no próximo período legislativo. Esse balanço, conforme o relator, constará basicamente de uma política pública para a cinematografia brasileira, incluindo uma revisão da legislação vigente.

Simon destaca ampliação do debate sobre rádio e TV

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou a transformação em permanente da Subcomissão de Rádio e TV, criada em junho passado no âmbito da Comissão de Educação, e que anteriormente tinha caráter temporário.



Pedro Simon é o presidente da Subcomisssão de Rádio e TV

A subcomissão foi criada a partir de requerimento de autoria de Simon, com o principal objetivo de analisar a programação das rádios e TVs brasileiras. Ao justificar a proposta, o senador afirmou que o impacto da mídia no comportamento dos indivíduos precisava de uma avaliação crítica.

– Atualmente, a televisão tem mais força e influência na formação das nossas crianças do que a Igreja, a escola e a própria família – observou.

Simon lembra que a primeira providência da subcomissão foi a de estabelecer contato com a sociedade. Antes do debate legislativo e acadêmico sobre rádio e televisão, os senadores buscaram saber a opinião da população sobre a televisão brasileira. A consulta foi feita através da Rádio, do *Jornal* e da TV Senado. A resposta a esse chamamento "foi espantosa", avaliou o senador.

Ele destacou a realização, pela Subcomissão de Rádio e TV, de três audiências públicas. A primeira foi sobre o tema "Rede Pública de Televisão", com a participação dos presidentes da TVE do Rio de Janeiro, Mauro Garcia, e da TV Cultura de São Paulo, Jorge da Cunha Lima. A segunda, sobre o tema "Rádios Comunitárias", teve a participação do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro; dos presidentes da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, José Luiz Sotter, e da Rádio Ar Livre, Emmanoel Magalhães, e do juiz titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba (MG), Paulo Fernando Silveira.

A terceira audiência pública teve como tema "A Violência na Mídia", e foi realizada em parceria com a Unesco. Dela participaram a deputada Maria Elvira, presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Marta Suplicy, presidente do Grupo Tver; Tatiana Merlo-Flores, pesquisadora da Universidade Católica de Buenos Aires; Jorge Werthein, representante da Unesco no Brasil, e o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori. Também por iniciativa da subcomissão, foi realizado o lançamento dos livros *A Criança e a Violência na Mídia* e *Inocência em Perigo*.

Simon disse que a subcomissão já comemora um resultado prático: sensível aos debates ocorridos na subcomissão, a Rede Pública de TV instituiu uma programação especial de seis horas para jovens e crianças. A TV Cultura de São Paulo e a Educativa do Rio Janeiro veiculam essa programação, com 26 repetidoras em todo o Brasil – informou.

Comissão de Educação foi a que mais aprovou matérias neste ano

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), foi a que mais aprovou matérias em 1999. Foram, no total, 257, aprovadas durante as 30 reuniões realizadas pela comissão, que fez ainda três audiências públicas. Duas subcomissões foram criadas este ano no âmbito da CE, a do Cinema Brasileiro e a de Rádio e Televisão.

A maior parte das matérias aprovadas pela CE é relativa à permissão de funcionamento de emissoras de rádio e TV. Mas diversas outras foram aprovadas pelos 27 senadores da comissão. No segundo semestre, em caráter terminativo, a CE aprovou projeto que regulamenta a proteção do patrimônio fossilífero brasileiro, prevendo a fiscalização contra o comércio ilegal, o contrabando e a obrigatoriedade de autorização oficial para a exploração de sítios de fósseis.

A CE criou três datas comemorativas este ano. O Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, a ser comemorado em 26 de abril. Já 27 de setembro passa a ser o Dia Nacional do Idoso e 17 de fevereiro ficará conhecido como o Dia Nacional do Imigrante Italiano. Os três projetos seguiram diretamente para apreciação da Câmara dos

Comissão de Educação teve atividade intensa e abriu espaço para debates

Deputados.

Só no primeiro semestre, a comissão aprovou 82 projetos, com destaque para o que reserva 50% das vagas nas universidades públicas para os alunos que tenham cursado integralmente o 1º e o 2° graus em escola pública, desde que aprovados em exame seletivo. Foi nos primeiros seis meses do ano, ainda, que a comissão aprovou projeto do Executivo tornando obrigatória a inclusão do ensino da Língua Espanhola nas escolas de 1º e 2° graus de todo o país.

A CE determinou também o novo nome do Aeroporto Internacional de Brasília, agora chamado Juscelino Kubitschek. O projeto que institui a Política Nacional de Educação Ambiental foi aprovado, assim como a inclusão de estudo dos símbolos nacionais no currículo das escolas de ensino fundamental como tema transversal (inserido nos assuntos abordados pelas disciplinas oficiais). Em caráter terminativo, a comissão aprovou projeto que cria selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional.

Em 99, a comissão abriu espaço para debates envolvendo a educação brasileira. Numa das audiências públicas promovidas pela CE, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, prestou contas dos resultados do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef), lançado pelo governo. Os professores foram homenageados pela comissão em audiência pública em outubro, em comemoração ao Dia do Professor.

Freitas Neto considera 1999 um período produtivo

Na avaliação do senador Freitas Neto (PFL-PI), presidente da Comissão de Educação (CE), 1999 foi um ano produtivo. Ele destacou a criação de duas subcomissões no âmbito da CE – a do Cinema Brasileiro e a de Rádio e TV – e elogiou as audiências públicas realizadas, dizendo-se impressionado com a profundidade dos debates.

Freitas Neto citou também a votação de projetos considerados polêmicos, como o que reserva 50% das vagas nas universidades públicas para alunos oriundos do ensino público, que foi aprovado em caráter terminativo e teve muita repercussão. Destacou ainda projeto de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), do qual foi relator, que obriga a adoção de livros didáticos do ensino fundamental e médio por pelo menos três anos letivos, a fim de que possam ser reutilizados.

O senador adiantou que no próximo ano poderá ser apresentada uma proposta com o objetivo de alterar a

Freitas Neto prevê mudanças na análise de concessões e permissões para rádios e TVs

forma como são analisadas pela Comissão de Educação as renovações e outorgas de concessões e permissões para rádios e TVs.

– A Subcomissão de Rádio e TV está estudando esse assunto e deverá propor medidas que alterem o resolução do Senado que trata do tema – disse Freitas Neto.

CPI pode acarretar mudanças na legislação financeira

Fiscalização mais eficaz do sistema bancário, maior transparência nas atividades das empresas e limites para a emissão de debêntures são algumas das inovações trazidas pelos projetos recomendados pela comissão que investigou os bancos

A CPI do Sistema Financeiro deve provocar várias mudanças na legislação. Conforme recomendações expressas no relatório final, sete projetos de lei e dois projetos de resolução foram apresentados pelos senadores prevendo mecanismos de aprimoramento da fiscalização financeira no país. Uma das resoluções cria uma Comissão de Acompanhamento do Sistema Financeiro, com equipes técnicas especializadas.

O órgão teria a incumbência de acompanhar e opinar sobre a política financeira, inclusive convocando o presidente do Banco Central (BC) a cada seis meses para uma audiência pública, na qual ele seria questionado sobre os rumos da política econômica. Já os presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES seriam convocados trimestralmente pela comissão.

Segundo o relator da CPI, João Alberto (PMDB-MA), o contato do Congresso com o sistema financeiro tem sido marcado pelo impacto de escândalos produzidos por CPIs. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) tem se dedicado mais ao relacionamento financeiro da União com os estados e os municípios e assuntos gerais, como agricultura e energia. Com isso, o Congresso "não tem sido eficiente" no acompanhamento dos temas financeiros, "marcados por mudanças rápidas em um ambiente de progressiva complexidade", pensa ele.

Um dos projetos propostos pela CPI do Sistema Financeiro muda a lei das sociedades por ações para exigir que nenhuma empresa possa emitir debêntures que ultrapassem a 100% do seu patrimônio líquido. Nas suas investigações, a CPI encontrou uma empresa ligada ao Banco Marka (Teletrust) que provocou grandes prejuízos por ter emitido debêntures em valor muitas vezes superior ao seu capital.

Os membros da CPI querem que o TCU tenha assento no Conselho Monetário

Outra proposta regulamenta a prestação de informações por parte de empresas ao Sistema Central de Risco de Crédito, do Banco Central (BC). O projeto estabelece que não constitui quebra de sigilo bancário, fiscal ou comercial a remessa de dados ao Sistema de Risco, que avalia se uma instituição financeira está operando de forma temerária. Hoje, esse sistema enfrenta dificuldades para receber dados porque os bancos argumentam que as informações solicitadas são protegidas pelo sigilo.

A CPI proporá ainda a aprovação de um projeto que obriga as sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, a publicar demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas. O relator explica que a medida permitiria aos investidores ter acesso à efetiva situação financeira de tais empresas.

Outra proposta prevê que os compradores de imóveis em construção poderão optar por um seguro-garantia, que evitará prejuízos caso a construtora entre em dificuldades. Para a CPI, que investigou as relações entre o Banco do Brasil e a Encol, isto impediria que se repetissem os prejuízos causados aos mutuários naquele episódio.

Por último, o relatório da comissão de inquérito prevê a apresentação de projeto de lei para permitir que um representante do Tribunal de Contas da União participe de todas as reuniões do Conselho Monetário Nacional, mas sem direito a discutir ou votar matérias. O objetivo é permitir ao TCU apreciar melhor as decisões operacionais do Banco Central, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Bello Parga destaca a abrangência do relatório

O presidente da CPI do Sistema Financeiro, Bello Parga (PFL-MA), elogiou a abrangência do relatório produzido pela comissão. Os senadores investigaram desde a venda de dólares pelo Banco Central aos bancos Marka e Fonte-Cindam, passando pelos empréstimos do Proer aos bancos falidos, até as transferências de recursos ao exterior por meio das contas CC5.

Presidente da CPI, Parga não tem dúvidas de que ela cumpriu seus objetivos

Embora não tenha podido avançar nas investigações sobre o Banco Excel, a CPI recomendou em seu relatório que o Ministério Público apure suspeitas de irregularidades na compra e venda do Banco Econômico por aquela instituição. "A CPI cumpriu suas finalidades não só ao investigar um série de fatos, mas também ao propor mudanças legais para impedir sua repetição", disse Bello Parga.

O senador lembrou que o impasse criado com as decisões (liminares) do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a quebra do sigilo bancário de alguns depoentes provocou outra alteração importante na legislação.

Foi aprovada no Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados proposta de emenda constitucional que amplia os poderes das CPIs.

Senadores pedem punição para banqueiros e ex-diretores do BC

Foram sete meses e dez dias de trabalho e 41 depoimentos. Presidida por Bello Parga (PFL-MA) e tendo como relator João Alberto (PMDB-MA), a CPI que investigou irregularidades no sistema financeiro enfrentou um dos setores mais poderosos da economia e revelou ao país as condições em que se deram a desvalorização do real, a concessão de empréstimos para o saneamento de bancos, as transferências de recursos ao exterior por meio das contas CC5 e as remessas por meio do Fundo de Investimento no Exterior (Fiex). No dia 25 de novembro, o relatório final apresentado por João Alberto foi aprovado por unanimidade.

O documento pede ao Ministério Público que promova a responsabilização civil e criminal dos técnicos que dirigiam o Banco Central (BC) em meados de janeiro e de banqueiros que compraram dólares a preços favorecidos. Solicita ainda que sejam responsabilizados "agentes públicos e privados" que autorizaram algumas operações do Programa de Reestruturação e Ajuste do Sistema Financeiro (Proer).

Também são requeridas providências contra ex-diretores do BC que permitiram a remessa irregular ao exterior de aproximadamente R$ 400 milhões pelo Fiex.

A pedido da CPI, o Ministério Público também deverá promover ações civil e penal contra aqueles que dirigiam o Banco do Brasil em 1995 por causa de transações da instituição com a construtora Encol, apontadas pelo relator João Alberto como típicas de "favorecimento". Ele considerou abuso de poder de ex-diretores do BB um inquérito administrativo que acabou por punir apenas funcionários subalternos que tinham trabalhado no caso Encol.

CFC debateu políticas públicas e apoiou atividades de fiscalização

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado desenvolveu um papel importante ao trabalhar em parceria com as CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro, cedendo-lhes, inclusive, assessores e técnicos para apoiar sua estrutura e funcionamento.

Jucá anuncia investigação sobre SUS e Fundef

É o que diz o presidente da comissão, Romero Jucá (PSDB-RR), ao fazer um balanço das atividades da CFC em 99. Ele ressaltou que, ao lado dessas tarefas, a CFC cumpriu durante o ano as suas atribuições regimentais, principalmente com relação à discussão e votação dos relatórios de acompanhamento do Tribunal de Contas da União.

Jucá também destacou os debates sobre as concessões de serviços públicos realizados pela comissão no primeiro trimestre, lembrando que é atribuição da CFC opinar sobre matérias que tratam de transportes, obras públicas, recursos hídricos e geológicos e serviços de telecomunicações.

Para o próximo ano, informou, a Comissão de Fiscalização e Controle deverá atuar na fiscalização da aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), "que estão sendo desviados". A comissão também deverá, segundo ele, fiscalizar obras inacabadas e irregulares.

A CFC preocupou-se, durante o ano, em aprofundar os debates em torno da modernização do setor elétrico brasileiro, ouvindo, por exemplo, o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, em audiência pública promovida em conjunto com a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Na ocasião, o ministro assegurou que o país teria em breve um setor elétrico mais seguro, "com excelente nível de satisfação aos consumidores".

CI apreciou 50 propostas e triplicou o número de reuniões

Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que o dinamismo da comissão neste ano contribuiu para agilizar os trabalhos do Senado. Em 99, triplicou o número de reuniões da comissão em relação a 98, sendo apreciadas no total 50 proposições.

Emilia Fernandes: "Saldo bastante positivo" em 99

– Votamos praticamente 90% dessas matérias, o que representa um saldo bastante positivo – avalia Emilia.

Mas o ponto alto dos trabalhos, na opinião dela, foi a realização de audiências públicas, o que transformou a comissão "num fórum permanente de debates dos grandes temas nacionais", aproximando o Senado da sociedade, e dá uma visibilidade maior às políticas governamentais que estão sendo implementadas.

Como exemplo, ela citou a vinda do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que analisou o primeiro ano da privatização do sistema Telebrás, e do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, que prestou esclarecimentos sobre o blecaute ocorrido no país no início do ano.

A privatização de Furnas, a discussão em torno da lei de responsabilidade fiscal, o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, o processo de cisão da Chesf e da Eletronorte, a atual situação das rodovias brasileiras, o projeto Sivam e temas relacionados ao meio ambiente também foram debatidos na comissão por técnicos e diretores de órgãos federais e estaduais.

TARIFA SOCIAL

Entre os 23 projetos votados pela CI, Emilia Fernandes destacou o que cria a tarifa social de energia elétrica para consumidores de baixa renda e o que autoriza o uso de gás natural como combustível em todos os veículos automotores. Também merece destaque, segundo ela, o projeto que torna obrigatória a instalação, em locais públicos, de telefones especiais para deficientes físicos, visuais e auditivos.

A regionalização da programação de rádio e TV, o uso de dispositivo de segurança para botijões de gás e tanques de combustíveis e a veiculação, nas televisões, de fotografias de pessoas desaparecidas ou seqüestradas também foram propostas aprovadas pela CI.

No próximo ano, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura irá intensificar seus trabalhos, conforme a senadora, realizando, logo no início do primeiro semestre, audiências públicas com autoridades e técnicos dos setores de transporte, água e petróleo.

Souto apresenta PEC que aumenta poder de CPIs

Pela proposta do senador baiano, comissões parlamentares de inquérito poderão, além de promover quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico, decretar a indisponibilidade dos bens dos investigados

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou na última quarta-feira duas propostas de emenda constitucional (PECs) inspiradas nas conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário. A primeira PEC concede poderes acautelatórios às CPIs, ao lado dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. "Além dos poderes de decretar quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico que já possui, identificamos a necessidade de a CPI poder decretar a indisponibilidade dos bens dos investigados", explicou Souto.

A segunda PEC dá ao Supremo Tribunal Federal a competência para julgar, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos tribunais regionais federais. "Na ordem constitucional vigente, os magistrados são julgados por seus pares, o que não contribui para a necessária isenção. Foi o que se pôde sobejamente comprovar nos trabalhos da CPI do Judiciário", diz Souto. A PEC mantém a competência do Senado para julgar os ministros do STF nos crimes de responsabilidade.

Souto: PEC também sobre crimes de responsabilidade

Paulo Souto havia apresentado projeto de lei tipificando os crimes de responsabilidade cometidos por magistrados, a exemplo do que já acontece com os ministros do Supremo Tribunal Federal. "Há a necessidade de se ter um instrumento para apurar faltas de natureza política dos magistrados, bem como a urgência de se dispor de uma tipificação de condutas ilícitas passíveis de processo e julgamento", argumentou.

Conforme a justificação do projeto, são crimes de responsabilidade dos magistrados os atos que atentam contra a Constituição, o livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, a segurança interna do país, a probidade administrativa, a lei orçamentária e o cumprimento das leis e decisões judiciais.

Um segundo projeto de lei apresentado por Souto exige que bancos e instituições financeiras conservem, por prazo mínimo de dez anos, documentos referentes a operações ativas e passivas de seus clientes, em especial as relacionadas com depósitos e transferência de valores.

Como resultado da CPI, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade a criação de uma subcomissão permanente para acompanhar as conclusões apresentadas pela comissão. A criação da subcomissão foi proposta pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA). A subcomissão deverá ainda receber e catalogar novas denúncias.

Resultados mostram que não existem intocáveis, diz Tebet

Os resultados obtidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário mostraram que não existe ninguém intocável no setor público, de acordo com o presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele observou que a CPI trabalhou com isenção e dentro do princípio de que a maioria dos integrantes do Judiciário é de pessoas íntegras.

Tebet: "Provou-se que havia minoria que enlameava o Poder"

– Ficou provado que havia uma minoria que enlameava aquele Poder e que, embora sendo minoria, causou um grande estrago – disse.

Conforme o senador, quando setores do Judiciário falham, o prejuízo é grande para a sociedade e o país porque a Justiça é o "refúgio da esperança popular". Como os controles internos do Judiciário (corregedorias e outras instâncias) não cumpriram seu papel de zelar pelo bom desempenho dos tribunais, a CPI teve o mérito de despertar a consciência nacional para fatos graves já ocorridos ou em andamento. Na opinião de Tebet, outro grande mérito da comissão foi ter impulsionado a reforma do Judiciário.

O presidente da CPI disse ter certeza de que as investigações realizadas pela comissão serão aprofundadas pelo Ministério Público e pelos próprios tribunais, a fim de que os que praticaram ilegalidades ou irregularidades sejam punidos. "Estamos contando com o apoio da Procuradoria Geral da República, que prometeu dar prioridade às investigações em torno do relatório final da CPI", informou.

Tebet lembrou que está em tramitação projeto de lei de sua autoria prevendo justamente que o Ministério Público dará prioridade em suas atividades ao encaminhamento de investigações realizadas por CPIs.

A comissão foi instalada em abril por requerimento do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães

Nove casos investigados sobre o Judiciário

Instalada no dia 8 de abril deste ano, a partir de requerimento apresentado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário encerrou suas atividades no dia 25 de novembro com um saldo de nove casos investigados. Presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a CPI teve como relator o senador Paulo Souto (PFL-BA).

De todas as investigações, o caso de denúncias de ilegalidades e superfaturamento na construção do prédio das juntas de Conciliação e Julgamento do TRT-SP na capital paulista foi o que envolveu o maior número de depoimentos – 13 no total. Outra investigação que envolveu grande número de depoimentos – 12 no total – foi a referente às denúncias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, durante a gestão do então presidente José Maria de Mello Porto, entre 1992 e 1994.

Veja as conclusões sobre cada um dos casos apresentados pelo relator

TRT-SP – O relatório da CPI concluiu que o juiz aposentado Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT-SP, praticou atos que indicam improbidade administrativa, enriquecimento ilícito e desvio de dinheiro público em proveito próprio e alheio, durante o período em que foi responsável pela construção do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento do tribunal.

Nominatto – O relatório da CPI sobre o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, que teve sua herança dilapidada durante o processo de inventário na Vara de Órfãos e Sucessões do Distrito Federal, apontou a existência de indícios de que o juiz na época responsável pela Vara, Asdrúbal Zola Vasques Cruxên, e a promotora Zenaide Souto Martins, teriam contribuído para a dilapidação do patrimônio do herdeiro do Consórcio Itapemirim.

TRT-PB – As investigações da CPI sobre as denúncias de ilegalidades no âmbito do TRT-PB comprovaram a prática de nepotismo, admissão irregular de pessoal, aquisição superfaturada de imóveis, pagamento ilegal de diárias aos servidores e magistrados, turismo internacional às custas do contribuinte e nomeação irregular de juízes classistas.

Basa – A juíza Yvette Lúcia Pinheiro pode ter cometido negligência ao proferir a sentença condenando o Banco da Amazônia (Basa) a pagar indenização de R$ 81 bilhões à Madeireira Sabim, estando ainda pendente de julgamento um agravo de instrumento sobre o caso, e por ter aceito perícia falsa feita pelo engenheiro José Maria Monteiro David.

Amazonas – O relatório das investigações sobre a concessão indevida a narcotraficantes de mandados de soltura e progressão de regime de execução penal na Justiça amazonense concluiu que existem indícios de favorecimento, por parte do desembargador Daniel Ferreira da Silva, das ações criminosas propostas pela advogada Maria José Rodrigues Menescal de Vasconcellos.

TRT-RJ – O juiz José Maria de Mello Porto pode ter praticado crime contra a ordem tributária, segundo concluiu o relatório da CPI do Judiciário sobre as irregularidades ocorridas no âmbito do TRT-RJ. Também foi levantada a possibilidade de o juiz ter praticado crimes de prevaricação, condescendência criminosa e improbidade administrativa.

Jundiaí – De acordo com o relatório aprovado pela CPI, o juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, ex-titular da Vara da Infância e do Adolescente de Jundiaí, a promotora Inês Makwski de Oliveira Bicudo, que atuava no fórum da cidade, comissários de menores e serventuários da Justiça podem ter cometido delitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Código Penal.

Encol – As investigações concluíram pela necessidade de a corregedoria do Tribunal de Justiça de Goiás investigar mais detalhadamente a atuação do juiz Avenir Passo de Oliveira, da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, na condução do processo de falência da Construtora Encol.

TJMT – A CPI concluiu que os desembargadores Odiles Freitas de Souza e Athaide Monteiro da Silva podem ter cometido prevaricação e corrupção passiva no episódio da suposta venda de resultado de sentença. Odiles Freitas e o desembargador Ernani Vieira de Souza podem ter cometido prevaricação no processo sobre a herança deixada por Péricles Rondon, padrasto de Ernani Vieira.

Freire apóia o cancelamento de cadastros irregulares de terras

Para senador, medida anunciada pelo ministro Raul Jungmann é "um passo importante para combater o latifúndio improdutivo"

O senador Roberto Freire (PPS-PE) manifestou na última sexta-feira seu apoio às medidas anunciadas pelo ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que decidiu cancelar no Incra o cadastro de quase 100 milhões de hectares de terra, apropriadas por terceiros de forma aparentemente fraudulenta.

– A iniciativa merece o apoio de todas as forças democráticas brasileiras, pois é um passo importante para combater o latifúndio improdutivo e os grupos de grilagem que se organizam em torno dele, normalmente violentos e que atentam contra a vida e a própria democracia – argumentou.

Ao reconhecer que, por ora, essas medidas têm cunho apenas administrativo, Freire disse entender que o Ministério Público e a Justiça devem assumir "suas responsabilidades constitucionais, convertendo-se em instrumentos para romper de uma vez por todas com a promiscuidade que caracteriza a relação entre o Estado e o latifúndio".

Roberto Freire diz que a decisão do governo "merece o apoio de todas as forças democráticas"

Para o senador, a recuperação dessas terras seria decisiva para impulsionar a reforma agrária, que é reivindicada por milhões de trabalhadores. "Esperamos que a decisão anunciada não fique restrita à ação política e administrativa de um ministério nem seja frustrada em suas conseqüências pela influência de forças conservadoras, oligárquicas e vinculadas ao latifúndio, presentes em setores da sociedade brasileira e na base de sustentação do governo."

Eduardo Siqueira Campos propõe que União crie fundação universitária no TO

Projeto do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Na proposta, o Poder Executivo fica autorizado também a incorporar o acervo da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) à universidade federal e a abrir um crédito especial no Orçamento de 2000 destinado à complementação do patrimônio técnico-científico da fundação.

De acordo com o projeto, os recursos financeiros para a manutenção da universidade serão estabelecidos nas dotações orçamentárias, subvenções ou por rendas geradas pela própria instituição. Na justificação da proposta, Eduardo argumenta que, decorridos 11 anos de sua criação, o estado do Tocantins permanece como única unidade da Federação que não dispõe de uma entidade federal de ensino superior.

Jovens têm que se mudar para outros estados para estudar, afirma Eduardo Siqueira Campos

– Atualmente, boa parte da juventude tocantinense, possuidora de estudos de 2º grau, migra, buscando em outros lugares a formação universitária que lhe dê ensejo a uma profissionalização superior. Ao instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins, tal migração desaparecerá – sustentou.

Mozarildo cobra mais recursos para a Universidade Federal de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu ao ministro da Educação a rápida nomeação do reitor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e maior apoio do MEC para a instituição. Ele cobra mais recursos para custeio, a realização de concurso para professores e funcionários de apoio, a construção de biblioteca, restaurante universitário e laboratório e a aquisição de livros e equipamentos.

Mozarildo ressaltou a ação da UFRR na preservação de línguas e culturas indígenas

De acordo com o parlamentar, "é importante que o MEC passe a olhar a Universidade Federal de Roraima com outros olhos, não com a mesma visão das universidades dos grandes centros do Sul e Sudeste, dada a grande importância da UFRR para o desenvolvimento de Roraima e de toda a região Norte". Mozarildo enfatizou que "é preciso desconcentrar o saber e irradiá-lo para as regiões menos desenvolvidas, principalmente na Amazônia".

Observou ainda que a Universidade Federal de Roraima "vive um momento especial, após ter atravessado um período de turbulência administrativa". Ele prevê o início de um período de consolidação e crescimento, com a eleição e posse dos diretores de centros e departamentos, juntamente com a elaboração da lista tríplice de professores doutores que será enviada ao ministro da Educação para escolha do novo reitor da instituição.

Ao fazer um histórico da criação e desenvolvimento da universidade, o senador lembrou que ela começou suas atividades em 1990, ocupa uma área de quase 17 milhões de metros quadrados dentro da capital do estado, Boa Vista, e já ostenta uma posição superior à média nacional na relação aluno/população. Seus mais de 4 mil alunos correspondem a cerca de 2% da população total do estado. O parlamentar destacou o compromisso da instituição com o desenvolvimento de Roraima e a preservação da cultura local.

– É o que explica, por exemplo, que, ao lado de cursos tradicionais como os de línguas inglesa, francesa, espanhola e portuguesa, existam os de língua e cultura macuxi e yanomâmi – afirmou.

Alcântara elogia Rede Globo pela novela *Terra Nostra*

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a produção da novela *Terra Nostra*, da Rede Globo, afirmando que a obra, ao retratar usos e costumes dos imigrantes italianos que trabalhavam na lavoura cafeeira paulista no início do século, recupera historicamente a trajetória da imigração italiana em São Paulo.

– Talvez seja este o primeiro grande projeto brasileiro de representação artística da imigração italiana ao país, que, com confiável fidelidade, retrata a utopia, o drama e os conflitos multiculturais envolvidos – disse o senador.

Embora a novela não fuja dos moldes tradicionais do gênero folhetinesco, observou Lúcio Alcântara, ela tem também um aspecto educativo, "na medida em que recorre à memória histórica nacional para bem retratar a ambientação de um romance de época".

Lúcio Alcântara ressaltou que, "em vez da velha e surrada caracterização do tipo ítalo-brasileiro no conjunto das representações dos imigrantes no imaginário nacional, a Rede Globo tem recorrido a um trabalho de pesquisa mais elaborado, que restaura uma imagem mais realisticamente digna e condigna com o fatos históricos".

Alcântara: "velhos e surrados" clichês dão lugar à cuidadosa reconstituição histórica e cultural

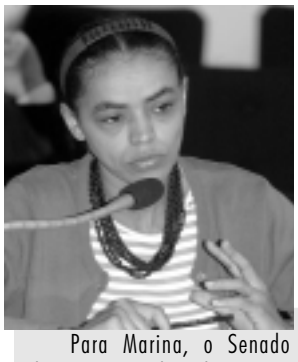
O senador elogiou o departamento da Rede Globo responsável pela reconstituição histórica e cultural de época, destacando que a novela é uma superprodução, cujo investimento, segundo informou, ultrapassa a faixa dos R$ 20 milhões.

– Aproveitemos, enfim, o ensejo da exibição da novela para juntos recordarmos e celebrarmos nossa memória nacional e prestar justa homenagem ao imenso valor civilizador e humanista dos italianos, consignado indelevelmente à história do Brasil. Saudemos os imigrantes e seus descendentes – concluiu.

Senado passou a ter voz ativa, diz Marina

Temas como o combate à pobreza e os alimentos transgênicos, além das CPIs do Judiciário e dos Bancos, chamaram a atenção para a Casa, na opinião da líder do Bloco Oposição

A líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), acredita que, em 1999, o Senado teve atuação de destaque ao abrigar "as grandes polêmicas e discussões que interessavam à sociedade". Para ela, assuntos como o combate à pobreza e os alimentos transgênicos, além das investigações do Judiciário e do sistema financeiro, mudaram o foco de atenção sobre o Legislativo, antes centrado na Câmara dos Deputados.



Para Marina, o Senado abrigou "grandes discussões de interesse da sociedade"

– O Senado teve voz ativa e foi palco das grandes disputas este ano – afirmou a senadora, que destacou a atuação dos representantes do Bloco nas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que apuraram irregularidades nos tribunais e nos sistema financeiro.

Para Marina, a comissão especial mista que procurou soluções para combater a pobreza e a fome no Brasil avançou e conseguiu chegar a um relatório final consensual que incluiu diversas propostas apresentadas pelos membros das oposições tanto do Senado como da Câmara. O orçamento social, a renda mínima, a ampliação do conselho que irá gerenciar o fundo de combate à pobreza e a revisão do salário mínimo faziam parte, segundo Marina, do voto em separado apresentado pelo Bloco.

Porém, a senadora, autora do requerimento que resultou na instalação da comissão especial, considera que, caso as políticas sociais propostas não sejam implantadas, o relatório final da comissão ficará apenas como mais um documento com boas intenções.

– O importante agora é viabilizar as propostas e garantir os recursos necessários para a sua implantação – declarou Marina, que entende que a participação popular nos conselhos de combate à fome e à miséria é fundamental.

Entre as atividades mais importantes desenvolvidas, a líder inclui ainda o debate suscitado pelos senadores do Bloco sobre a autorização para empréstimo de US$ 2,2 bilhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), utilizado para recompor as reservas internacionais do país, apesar de, na sua justificativa, ser destinado ao Programa de Reforma e Proteção Social.

Marina lembrou ainda a realização, no primeiro semestre, do seminário sobre alimentos transgênicos, quando "ficou claro que não existe pesquisa com base suficiente para liberar esses produtos ao consumo humano". A discussão sobre a demarcação das terras dos índios kaiwás-guaranis foi outro tema relevante na atuação da líder neste ano. Seguindo a sistemática de rotatividade adotada pelo Bloco, em 2000 Marina será substituída pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) na liderança da oposição.

Arlindo Porto elogiou a eficiência do Senado nos trabalhos legislativos deste ano

Para Porto, consolidação democrática foi a marca de 99

O líder do PTB no Senado, Arlindo Porto (MG), considerou a consolidação democrática como a marca dos trabalhos legislativos em 1999. "Quebrou-se um tabu que garantia não ser possível ter comissões parlamentares de inquérito sobre assuntos polêmicos funcionando sem interromper a tramitação normal dos projetos na Câmara e no Senado", afirmou.

O senador por Minas Gerais lembrou que as CPIs do Poder Judiciário e dos Bancos não somente funcionaram livremente no Senado, como também apresentaram resultados importantes. "A opinião pública percebeu bem que elas não 'acabaram em pizza', como aconteceu com várias outras", destacou.

Para Arlindo Porto, o ano no Senado foi marcado pela eficiência. Ele lembrou que muitos projetos foram votados e houve agilidade na tramitação, e que as reformas previdenciária e administrativa avançaram. "É verdade que as reformas política e tributária 'empacaram' e precisam ser retomadas no ano 2000 com mais vigor, embora ano de eleição seja adverso para se conseguir eficiência no Congresso", observou.

Porto afirmou que a reforma tributária não avançou como muitos queriam porque não foi sedimentada no Executivo. "Não houve e ainda não há unidade de pensamento no governo; alguns setores defendem a proposta, enquanto outros a torpedeiam. Faltou a presença do Executivo durante as discussões."

O senador disse ter restrições em relação ao projeto que está sendo debatido na Câmara. "Defendo uma drástica redução na quantidade de impostos e mais facilidade de fiscalização, mas o projeto não aponta nessas direções. Mudar a fiscalização para o varejo é um contrasenso num país como o nosso, que não tem a cultura da nota fiscal. Isso vai aumentar a sonegação", garantiu.

Ao lado da reforma tributária, Porto aponta a renegociação das dívidas dos estados com a União como um assunto urgente. "É verdade que a negociação feita melhorou as condições, porque os executivos estaduais não precisam mais rolar sua dívida no mercado a juros exorbitantes. Mas continuam afundando, só que mais devagar, ao precisar comprometer 13% de sua arrecadação para quitar dívida", concluiu o líder do PTB.

Hartung afirma que ação do Congresso refletiu um ano difícil

O Congresso refletiu, em 1999, a situação de um país cujo governo ficou à deriva. A opinião é do líder do Partido Popular Socialista (PPS), senador Paulo Hartung (ES), que considerou o ano difícil para a economia nacional.

Na opinião de Paulo Hartung, governo "ficou à deriva"

– O adiamento da decisão de mudança nas regras da política cambial teve um efeito desastroso do ponto de vista da expectativa do cidadão. Houve uma quebra de contrato entre o presidente e seus eleitores. Cresceu a desesperança e o presidente Fernando Henrique Cardoso enfrentou uma impopularidade vigorosa – analisou o senador.

Nesse momento, apontou Hartung, o governo perdeu a capacidade de liderar a agenda política nacional. "O Congresso ficou patinando e votou no limite para não deixar o governo entrar em colapso", avaliou, lembrando que as principais reformas ficaram em compasso de espera, como a política e a tributária.

–A reforma do Estado parou na própria base de sustentação do governo e só foram votadas as urgências e as emergências. Foi um ano pouco produtivo – sintetizou.

Apesar disso, o senador disse que mantém um "otimismo cauteloso" para o ano que vem, pois o Brasil vem dando sinais de crescimento. "O governo deverá recuperar a governabilidade, mas sua popularidade não crescerá tanto quanto a economia", prevê o senador. Para o ano que vem, Hartung espera a aprovação de algumas propostas, como a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, a emenda constitucional que eleva os recursos para a área de saúde, a reforma tributária e a regulamentação do sistema financeiro nacional.

Ele disse que espera ver também aprovada a mudança na atribuição do Banco Central, que deixaria de fiscalizar o sistema financeiro e cuidaria exclusivamente da área monetária. A função de fiscalização das instituições seria transferida para uma agência nacional independente.

"Com essa PEC, podemos fortalecer o Banco Central e evitar que episódios como o Proer voltem a ocorrer", argumentou o senador. Quanto ao PPS, Hartung informou que o partido aumentou sua bancada tanto na Câmara quanto no Senado e que continuará fazendo oposição propositiva ao governo FHC. "O PPS está ocupando um espaço vazio e não ignora as mudanças mundiais, pois tem capacidade para interpretá-las, ao mesmo tempo que atenta para as desigualdades e injustiças da sociedade", concluiu o líder.

Quintanilha destaca expectativa para reformas tributária e política

O líder do Partido Progressista Brasileiro, senador Leomar Quintanilha (TO), disse que o Congresso Nacional votou o que foi possível nesta sessão legislativa, e só não conseguiu avançar mais porque algumas reformas importantes, como a da Previdência, encontraram resistência das pessoas que entendem que seus direitos estão sendo feridos.

Leomar Quintanilha observa que o Congresso "votou o que foi possível"

Referindo-se ao elevado déficit previdenciário, o senador defendeu a idéia de o governo continuar buscando, no próximo ano, um modelo moderno para a Previdência, que seja compatível com os avanços tecnológicos alcançados e com a elevação da expectativa de vida.

Entre as matérias em exame, Quintanilha destacou o Plano Plurianual, que considera "ousado e capaz de conduzir ao crescimento econômico". Disse também que o plano pode cobrir as carências nas áreas de transporte, fornecimento de energia e comunicações e possibilitar a verdadeira integração entre as regiões produtivas. De acordo com Quintanilha, no Tocantins os efeitos do PPA já estão sendo sentidos pela população, uma vez que o estado está mais integrado aos grandes centros.

Na opinião do senador, a expectativa da população na convocação extraordinária do Congresso e para o próximo ano recai sobre a aprovação das reformas tributária e política. Para ele, os tributos cobrados no país são incompatíveis com a situação de estabilidade econômica e as mudanças são necessárias para a abertura de espaço ao empresariado nacional.

– O PPB firmou sua posição de apoio ao presidente Fernando Henrique em 1999 e para o futuro continuará insistindo na proposta de o governo desenvolver mecanismos que facilitem a vida dos microempresários e dos demais setores produtivos através de medidas como a queda das taxas de juros – explicou.

Quintanilha disse, no entanto, não acreditar que a reforma tributária seja realizada por inteiro. "Nenhuma dessas grandes reformas é feita de forma brusca e devemos considerar o fato de as instituições públicas temerem perder receita em razão dos compromissos assumidos anteriormente", observou.

Essa é também a visão do senador em relação à reforma política, que considera uma das mais importantes, por coordenar as demais. "Temos uma elite política perversa, que não quer sair do individualismo e defender programas para a população como um todo", avaliou. Leomar Quintanilha defende a instituição de partidos políticos fortes, que "possam preservar a governabilidade" e a coincidência das eleições, que seriam realizadas apenas de quatro em quatro anos para todos os cargos públicos.

Arruda aplaude agilidade nas votações

Na opinião do líder do governo, o próximo ano também será de trabalho intenso, mesmo com a realização de eleições. "O Brasil já tem maturidade política", afirma

Para o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), o Senado primou pela agilidade em 1999. "A Casa votou todos os projetos de interesse do governo e da sociedade que reuniam condições regimentais para votação. Se dependesse somente do Senado, não haveria necessidade de convocação extraordinária", garantiu.

Arruda lembrou que o funcionamento das CPIs, longe de paralisar os trabalhos legislativos, como muitos temiam, trouxe uma enorme contribuição para melhorar as instituições no Brasil. "Apesar das CPIs, o Senado está com a pauta limpa. Só temos para examinar em janeiro o projeto de lei da informática, a proibição da venda de armas e o Fundo de Telecomunicações."

José Roberto Arruda acredita que o próximo ano também será de trabalho intenso

Como exemplos de matérias relevantes aprovadas pelo Senado neste ano, Arruda citou a criação da Agência Brasileira de Informações, o novo estatuto da microempresa, a criação do Ministério da Defesa, a prorrogação da alíquota de 27,5% de Imposto de Renda, a renegociação de dívidas de estados e municípios, o fim dos juízes classistas e a proibição de bombas de auto-serviço em postos de gasolina, que garantiu o emprego de 300 mil frentistas.

Segundo o senador, o próximo ano também será de trabalho intenso, com ênfase nas reformas política e tributária. "Está fadada ao malogro a tese de que eleição e trabalhos legislativos não combinam. Todo ano é essa lenga-lenga de 'paralisia do Congresso', que termina não acontecendo. O Brasil já tem maturidade política, que se afirma mais a cada eleição", concluiu.

Para Jader Barbalho, PMDB cumpriu seu papel

Para o líder da maior bancada no Senado, Jader Barbalho (PA), o PMDB "cumpriu o seu papel" em 1999. De acordo com o senador, o partido esteve sempre atento aos temas de maior importância.

– Criamos a CPI dos Bancos, que inclusive obrigou o governo a mudar várias normas do Banco Central, da Bolsa de Valores e da Comissão de Valores Mobiliários – lembrou o parlamentar.

Jader Barbalho afirmou que as duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) praticamente dominaram as discussões durante todo o ano legislativo, e ressaltou o papel fundamental desenvolvido pelo partido na segunda delas, a CPI que investigou irregularidades no Poder Judiciário.

Outro assunto em destaque no Senado, para o líder do PMDB, foi o auxílio à reestruturação da dívida de estados e municípios, "tema em que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por um integrante do PMDB (o senador Ney Suassuna, da Paraíba), teve um papel fundamental nas discussões".

Jader Barbalho afirma que o partido esteve sempre atento aos temas mais importantes

Para o ano 2000, o senador deseja que seu partido – "o mais popular do Brasil e o que tem o maior número de prefeitos e vereadores" – repita e até amplie seu desempenho. "Esta será a nossa luta", afirmou.

O senador salientou ainda a importância de o Legislativo estar atento aos anseios da sociedade.

– O Parlamento acompanha o cotidiano da sociedade. Hoje, não se tem mais uma pauta rígida em nenhum parlamento. Quem faz a pauta é o dia-a-dia da sociedade. O fundamental é estar atento ao que interessa ao povo brasileiro – disse.

Sérgio Machado aponta resultado positivo nos trabalhos do Senado em 1999

Sérgio Machado defende aprovação da reforma política

"O Senado precisa somar esforços para que a reforma política avance e se possa, enfim, ter uma legislação permanente e capaz de melhor representar o perfil da sociedade moderna." A afirmação é do líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), que apela às lideranças da Casa para que, a partir de janeiro, os projetos de reforma política que estão tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sejam votados.

Dentre as propostas, Sérgio Machado destaca as que tratam da fidelidade partidária e do financiamento público de campanhas eleitorais, e lembra que já foram aprovados o fim das coligações proporcionais e a cláusula de desempenho.

Ao fazer um balanço das atividades do Senado neste ano, o líder do PSDB diz que o resultado foi bastante positivo, ressaltando o recorde quebrado por várias comissões em número de reuniões deliberativas, a exemplo das comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. Em função também da posse de novos senadores, eleitos em 1998, o fluxo de propostas apresentadas foi intenso, estimulando as atividades da Casa.

Sérgio Machado salienta a iniciativa do Senado de criar a Comissão de Erradicação da Pobreza, que, além dos trabalhos internos, promoveu visitas importantes a alguns estados para conhecer de perto a realidade e projetos exitosos em benefício das populações carentes. "O combate à pobreza precisa ser cultural também, pois deve-se cultivar uma consciência de solidariedade entre os cidadãos", afirmou, enfatizando a importância de se estabelecer o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Criadas no primeiro semestre e concluídas em novembro, as CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro demonstraram, no entender de Sérgio Machado, eficácia fiscalizadora e a responsabilidade que deve estar sempre presente nas ações dos senadores. Outras iniciativas lembradas pelo senador referem-se à limitação à edição de medidas provisórias, já encaminhada à Câmara dos Deputados, a extinção dos juízes classistas, o fortalecimento das CPIs e restrições ao uso da mão-de-obra infantil.

A previsão do líder do PSDB para a convocação extraordinária é de que o Senado delibere sobre matérias importantes a serem enviadas pela Câmara dos Deputados e vote o mais rápido possível, em janeiro, a criação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que deixou de ser apreciado na semana passada.

Hugo Napoleão elogia coesão do PFL

A militância do PFL recebeu elogios do líder do partido no Senado, Hugo Napoleão (PI). O senador considerou 1999 um ano "extremamente positivo" para o partido e salientou que a militância se destaca não apenas em seu setor trabalhista, representado pelo deputado Luiz Antônio Medeiros (SP), mas também junto à juventude, com a liderança do estudante João Romão Neto. O líder salientou ainda a atuação da senadora Maria do Carmo Alves (SE), liderando as atividades do setor feminino.

No balanço das atividades partidárias no ano que passou, Hugo Napoleão destacou as edições que o Instituto Tancredo Neves vem publicando e seminário internacional, realizado pelo partido em Brasília poucos dias atrás, com a participação de parlamentares da Europa e da América Latina. Festejou também a união da bancada.

– O PFL tem, felizmente, mostrado cada dia mais coesão, tem realmente dado demonstrações de unidade, de uniformidade de pensamento. Isto se reflete a cada dia nos plenários das duas Casas do Congresso Nacional – afirmou.

Hugo Napoleão está confiante na performance do partido nas eleições municipais do ano 2000.

– Já temos em torno de três milhões de filiados e mais de mil prefeituras, mas queremos abrir espaço, porque o liberalismo é a palavra de ordem da atualidade. Vamos entrar o milênio absolutamente estruturados, equipados, preparados e muito dispostos a disseminar nossa mensagem por todos os quadrantes do país – disse.

Hugo Napoleão confia em resultados expressivos para o partido nas eleições municipais